

Opinião

ARTIGO

A cana-de-açúcar em Pernambuco e seu sentimento de "Pertencimento"

RENATO AUGUSTO PONTES CUNHA*

As maiores dificuldades, quase intransponíveis para manutenção e ampliação de canaviais em nossa região, residem sobretudo nas constantes intempéries climáticas, que não vêm de hoje. Vejamos: As produções canavieiras, em Pernambuco, sempre sofreram oscilações climáticas; Produzimos 12,954 mi de tons na safra 72/73, enquanto naquela DE 1993/94, portanto vinte e um anos depois, alcançamos a 12,055 mi de tons. Foram duas décadas de altos e baixos nos volumes anuais de produção, sem crescimentos efetivos.

Contudo, já em 1987/88 atingimos a 20.110 milhões de tons, e na 1992/93 caímos para 17.252 milhões.

Na safra de 1982/83 foram esmagadas 18.893 mi de tons em cerca de 39 unidades agroindustriais, com uma média por usina da ordem de 484 mil tons, ou seja, uma escala discreta, por exemplo, com relação a recente safra 2011/2012, quando houve uma moagem total de 17.415 mi de tons, oriunda de esforço de produção em 20 usinas, alcançando-se a média de cerca de 870 mil por empresa, escala superior em 79,75% ao que ocorreria nos anos 1980.

Por outro lado, em que pese crescimento da escala tentando-se minimizar os custos por tonelada, porém não superamos a falta de segurança hídrica.

Quais as causas de tanto "zig-zag"? Como evitá-los? Essa é uma reflexão que contém desafios.

Aliás, os desafios residem exatamente na manutenção da atividade em Bases de Economia Empresarial, solidificando-se a cadeia produtiva, que conta com cerca de mais de 12 mil fornecedores de cana em Pernambuco, ou mais de 18% com relação ao Brasil, atuando-se de forma a proporcionar empregos, numa realidade que contém avanços qualitativos, em melhores condições de trabalho, norteadas por um modelo de agricultura onde predomina, atualmente, no País, ao contrário do Nordeste "acidentado"; estímulo à mecanização desenfreada, comum em re-

giões diferentes da nossa, com topografias planas e homogêneas.

A instabilidade climática envolve todo o Nordeste canavieiro, não sendo privilégio só de Pernambuco, posto que, só na safra passada 2012/2013, a Região Nordeste reduziu sua produção total em 14,69%, derrubando a participação relativa da região no total do País, de quase 11% para cerca de 8,66%.

Cumpra-nos, assim, levantar que, em nosso Estado, a cana já atingiu, em torno de mais de 500 mil hectares no passado, enquanto nos dias de hoje, o esforço de produção ocorre em cerca de 350 mil hectares, contudo, nas iniciativas de diversificação, quando surgiram, não houve nenhuma atividade sucedânea para a cana, enquanto as áreas; não mais utilizadas com canaviais, se assemelham a cemitérios, marcadas por improdutividade, com abandonos, e, sem sequer presenças de culturas de subsistência, ou a pecuária, ou avicultura, ou piscicultura, etc.

Por outro prisma, no mundo do Café, cultura também muito tradicional, ocorreu um firme redirecionamento espacial da produção no País; caindo o Estado de São Paulo, que já liderou com mais de 60% a produção Brasileira, passando a representar em torno de apenas 8%; atrás do Nordeste brasileiro com relação à cana, e inferior no próprio café, a Minas Gerais com mais de 50%, e Espírito Santo com 25%. No entanto, no imaginário de muitos, o Estado de São Paulo não deixou a liderança, embora a tenha perdido, sem, no entanto, deixar de integrar o setor cafeeiro.

Em Pernambuco, as alternâncias de produção de uma safra para outra, fator que se conjuga às limitações de terras planas para produção e as ausências de políticas de investimentos e competitividade por parte do Governo Federal na série histórica, acarretam perdas de nossa participação no contexto nacional, o que não nos alijou do setor canavieiro, apesar de termos sido atingidos por efeitos avassaladores em nossos fluxos de caixa, de natureza sazonal, reforçando-se a necessidade de

gestões espartanas nos custos, o que se associa por consequência, à forte busca por valores agregados na produção.

Nesse quesito, vale explicitar que as exportações de açúcar, inclusive aquelas recentes por containers, já representam cerca de 37% de todas as exportações dessa modalidade em Suape, além de continuarmos mantendo mais de 40% da pauta de exportações totais no Estado. São números muito expressivos e que devem cooperar com Pernambuco nos créditos do Tesouro Estadual, relativos a lei Kandir, perante o Governo Federal.

O setor, por sua interiorização, permite a manutenção de significativos empregos, que contribuem para que muitos pernambucanos não sejam empurrados para a margem da sociedade em migrações desordenadas para as grandes cidades.

Por outro lado, é evidente que ministros de Agricultura foram insensíveis nesses anos todos, às questões de reconstrução do modelo de convivência com as secas, em caráter produtivo, como acertadamente, propõe a nossa Federação da Agricultura de Pernambuco - FAEP, em seus estudos, inclusive, oriundos de recentes missões internacionais.

Por conseguinte, é fato que a cana em Pernambuco é atividade "para sempre", com longevidade e intrinsecamente ligada a nossa economia, reforçando e ratificando reciprocamente, o sentimento de "Pertencimento", entre a Cultura Canavieira e nosso Estado, como matéria-prima pioneira e existente na nossa Indústria Estadual.

Acrescente-se que nosso conglomerado (Agricluster) é ramificado, se constituindo em eficiente canal distribuidor de renda para inúmeros negócios e pessoas que gravitam no seu entorno. Os empregos diretos e indiretos atingem a mais de 300.000 (trezentos mil) postos.

Existem Usinas que, nos períodos de safra, disponibilizam e alugam, como exemplo, entre quarenta e setenta ônibus por dia para transportes gratuitos de funcionários. Em uma IN-

DÚSTRIA Sucreenergética, há uma infinidade de Engenheiros, Técnicos, Eletricistas, Soldadores, Mecânicos, Consultores, Profissionais de RH, de Saúde e de meio ambiente engajados nas atividades do segmento.

Em assim sendo, apesar da inflexão no quadro do total da moagem, quando sobretudo, face a escassez hídrica, vimos caindo de patamares de cerca de 19 mi de tons na safra 2008/2009, para 13,15 mi de tons na safra 2012/13, cenário influenciado, ainda, por uma ditadura energética perversa na Política Federal, impondo-nos preços de venda ao etanol defasados, parametrizados com a gasolina; onde o derivado fóssil se apresenta, completamente desfocado do nível das receitas, necessárias aos investimentos estruturadores, ou sejam, que poderiam induzir a crescimentos previsíveis e com segurança regulatória.

Apesar de todo esse contexto, estamos chegando às portas da nova moagem, relativa à safra 2013/2014, com sequelas estruturais, porém com melhores índices pluviométricos do que no trágico ciclo anterior, contando também com a obtenção de um pequeno nível de Política Pública Federal, aprovada pelo Congresso, com característica emergencial; e, paradoxalmente, em muito inferior às políticas dos volumosos "Prêmios Equalizador Pagos ao Produtor" - PEPROS, rotineiros para equalização de fretes, das culturas mecanizadas do Centro-Oeste.

Desta forma, continuamos perseverando com firmeza e temperança numa continuidade de luta, para que um programa mais perene e, sobretudo, menos pontual, seja colocado em prática para o ano Agrícola 2014/15, contemplando modelagem estruturadora e operacional, aferindo-se, por conseguinte, os resultados que poderiam advir do citado Programa, caso implementado, tempestivamente nos calendários Agrícola, pelo Governo Federal, a quem cabe de fato, a Formulação das Políticas destinadas à Agricultura e ao mundo das Energias Limpas.

*Presidente do Sindaçúcar - PE, Vice-Presidente da Fiepe e do Fórum Nacional Sucreenergético.